

1.

Introdução

Através desta tese procuramos esvaziar de conteúdo um forte discurso universitário que insiste em negar a existência de *status* no mundo acadêmico e profissional que dificulta a promoção de determinados grupos, especialmente aqueles que historicamente foram colocados à margem dos direitos de cidadania. A estrutura deste trabalho está apresentada em seis capítulos centrais que detalham e ilustram as condições diferenciadas de alcance da cidadania plena, a saber:

No primeiro capítulo, falamos da temática central de nossa pesquisa a partir do diálogo com autores que abordam as categorias: favela, educação e cidadania, por se tratarem de três conceitos-chave que estão no cerne da discussão do acesso diferenciado aos direitos de cidadania. Além disso, alinhavamos as trajetórias dos moradores da favela com a nossa história e buscamos também descrever os momentos em que nossa cidadania foi reduzida e em muitos casos negada.

Em seguida, buscamos discutir a relação Favela-Cidadania a partir de diferentes estudos na área das ciências sociais. Afinal: *de que favela estamos falando? Qual conceito de cidadania interessa discutir e relacionar com o campo da educação e das políticas públicas?* Nesta etapa, os exemplos da vida cotidiana de nossos colaboradores ganharam destaque nos momentos em que o espaço-favela aparece como instrumento de inclusão social de forma subordinada.

No terceiro capítulo, situamos o universo empírico da pesquisa a partir da descrição e contextualização da Favela do Jacarezinho, *lócus* da presente pesquisa. Nossa idéia inicial foi ilustrar o resultado de experiências de ações voltadas para efetivação do acesso aos direitos afirmados na Constituição de 1988, conhecida como Carta Cidadã, por pessoas que foram inseridas em setores marginalizados pela sociedade.

No transcurso desse estudo encontramos, contudo, experiências de vida e trajetórias de luta que não podiam ser restringidas apenas ao simples relato dos mecanismos de acesso e permanência no ensino superior e no mercado de trabalho. A configuração de posturas que impunham a formulação de uma nova ordem, a vocalização de um novo discurso social e de um novo olhar, sobretudo

acadêmico, para as favelas e para as pessoas do meio popular que ingressaram na universidade e trilharam a mobilidade social ascendente por este caminho reforçava a relevância das informações apresentadas por esta tese.

No quarto capítulo, caracterizamos os “doutores não cidadãos” buscando responder: *quem são os sujeitos da pesquisa? Como vivem na favela? Que formações vivenciaram na universidade e quais as suas trajetórias de vida?* Além disso, delineamos os procedimentos metodológicos realizados na pesquisa de campo, apresentamos as estratégias definidas para as análises das entrevistas e tratamos dos diálogos estabelecidos com os autores das referências bibliográficas selecionadas.

No quinto capítulo sistematizamos e analisamos as trajetórias de vida dos “doutores em questão”. Nesse momento, para melhor aprofundar a problemática estudada, buscamos conhecer as diferentes estratégias utilizadas pelo grupo para ingressar e permanecer no meio acadêmico e, concomitantemente, no mundo do trabalho, sem deixar de falar das formas que reagiram as freqüentes manifestações de preconceito e discriminação na sua vida cotidiana.

No último capítulo, procuramos responder as questões centrais de nossa tese, que são: *qual foi o real significado do diploma de curso superior para as pessoas do meio popular e, especialmente, para aquelas que residem em favela? Em que circunstâncias o acesso ao diploma de curso superior favoreceu a afirmação de valores e da identidade das pessoas residentes em espaços favelizados? Que tipo de mudanças o curso superior provocou na realidade vivenciada pelos moradores de favelas? Como combinar aspectos diferentes de atores que fazem parte da mesma cena/mesmo curso de nível superior, mas, que, vistos a partir de seu local de moradia, pareciam atuar em mundos opostos e antagônicos?*

1.1.

Uma pergunta, uma hipótese e suas mediações

Em diferentes cenários, o morador de favela ora aparece desenvolvendo trabalhos e recebendo salários com valores inferiores aos dos profissionais que residem fora da favela, mesmo exercendo iguais profissões e funções, ora como

invasores de terras e não contribuintes de impostos ou, ainda, totalmente submersos a violência, ao crime e a vadiagem. As informações sobre os moradores de favela, em geral, são baseadas em estereótipos construídos a partir do contexto no qual eles foram inseridos.

A construção, institucionalização e naturalização do conceito negativo direcionado a favela favoreceu a afirmação de estigmas atribuídos aos seus moradores. Este nexos vem servindo, mesmo na contemporaneidade, como argumento para legitimar o tratamento desigual, a prestação de serviços precário e, notadamente, a perpetuação da distância entre os moradores da favela e de outras partes da cidade, na medida em que lhes foram dificultados o acesso aos direitos fundamentais para o alcance da cidadania plena.

É importante dizer que, mesmo após o transcurso de mais de um século de existência e resistência, os órgãos públicos e importantes canais midiáticos, insistem em marginalizar, produzir e disseminar informações equivocadas sobre a favela e seus moradores. O reducionismo que engessa a visão e confere um tratamento desigual aos espaços favelizados vem produzindo efeitos devastadores na vida das pessoas que neles residem.

Sobre a marginalização dos moradores de favela há diferentes gestores públicos e autores que, olhando a conjuntura atual, afirmam existir uma harmônica integração entre a favela e a cidade; sobretudo, do ponto de vista da cultura e da arte, como o carnaval. Exemplo disto é a valorização dos sambas produzidos nos morros e favelas, como se fossem um canal exclusivo e legítimo para medir a integração do morador de favela com a cidade bem como seu grau de alcance aos direitos de cidadania.

Considerando os acessos diferenciados aos direitos de cidadania descritos em nossa constituição, elegemos a relação com o local de moradia, a trajetória educacional e profissional de um grupo de moradores da favela do Jacarezinho, inseridos na universidade via ação do Movimento de Pré-Vestibular Para Negros e Carentes como objeto de investigação. Utilizamos a experiência dos moradores sob nossa observação como estratégia para identificar um conjunto de elementos que criaram barreiras físicas e sublinharam as fronteiras simbólicas que colocam os moradores de favela em um mundo à parte.

Produzimos um conjunto de informações capazes de apoiar a formulação de estratégias voltadas para a transposição de obstáculos que, mesmo na

atualidade, inserem os moradores de favela de maneira diferenciada. Buscamos identificar, analisar e indicar algumas condicionantes que interferem na vida e na trajetória deste grupo de moradores até sua “entrada” na universidade.

Utilizamos exemplos da história de vida das pessoas sob nossa observação como paradigma para ilustrar antigas inquietações destacadas ao longo desta tese. Priorizamos apresentar informações voltadas para reconstituir e imprimir os fragmentos do passado desenvolvendo uma reflexão capaz de ultrapassar a visão desconectada e atrofiada da realidade da favela e de seus moradores, contrapondo inclusive aqueles discursos acadêmicos no qual as imagens, as práticas e as idéias reeditam o antigo mito da “favela marginal” (Perlman, 1977).

A trajetória de um grupo de moradores da favela do Jacarezinho nos permitiu constituir e mostrar outro ângulo da história social destes indivíduos. Através das relações profissionais e acadêmicas estabelecidas pelos sujeitos de nossa pesquisa foi possível propor uma abordagem capaz de acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – por via de uma multiplicidade de espaços e de tempos, em meio ao conjunto de relações sociais nas quais eles se inscreveram.

O tratamento reservado à parcela significativa de moradores, especialmente os que optaram pela vida acadêmica foi o foco de nossa análise. Observamos que, embora os moradores de favela estejam inseridos econômica e socialmente em uma sociedade capitalista na qual vendem sua força de trabalho e ao mesmo tempo consomem os bens produzidos por ela, a sua forma de acomodação, na contemporaneidade, ocorre de maneira perversa, perpetuando formas de inclusões subordinadas.

As informações sistematizadas por meio de nossa inserção acadêmica e militância no campo social nos possibilitaram revisitar, apresentar a experiência de um grupo (com o intuito de dar materialidade à história e trajetória destes moradores) e, ainda, problematizar nossa própria experiência profissional, porque em muitos momentos elas se entrelaçam. Por outro lado, favoreceu o estabelecimento de um diálogo entre os conceitos de favela, educação e cidadania no qual foram sublinhadas as formas singulares em que eles se aplicam no contexto estudado.

Partindo do pressuposto que os fenômenos sociais não podem ser analisados separadamente, no curso das discussões apresentadas nesta tese

julgamos importante introduzir uma breve reflexão sobre o tema favela e sua relação com a temática racial. Ao tratar do tema acesso aos direitos de cidadania dos moradores de favela observamos que a discussão sobre raça/cor se constituiu como um elemento diacrítico que está enraizado na forma em que este espaço favelizado e o seu simbólico foram construídos ao longo do tempo, por este motivo o diálogo com a temática racial irá atravessar todo o texto da tese.

Para Santos (2000), Campos (2005) e Carril (2006), a escravidão marcou o território, marcou os espíritos e definiu as relações sociais deste país. Já as instituições, mesmo na contemporaneidade, serviram de canais para os grupos hegemônicos da sociedade que sempre trabalharam associados ao Estado, disseminando valores que mantiveram pessoas subalternizadas no que se refere às relações sociais estabelecidas para melhor definir suas condições de vida, este aspecto é para nós a chave que explica explicitamente o lugar reservado para os grupos minoritários de forma geral e os moradores de favela de maneira particular.

Para relacionar o tema favela à problemática da discriminação racial, discutimos os processos históricos e as relações sociais originárias da prática de discriminação. A idéia foi problematizar e expor o oculto no discurso de gestores públicos que para violar o direito à moradia e à educação apóiam-se na caracterização e no desenho do perfil do público alvo preferencial produzido por determinados técnicos que para justificar a criação de políticas públicas sequer consideram as reais demandas de quem vai ser beneficiário dela.

Nas entrelinhas buscamos desvelar os discursos e identificar as ações ideológicas ocultas nas práticas de discriminação acometidas aos grupos favelizados de forma particular e utilizamos também esta tese para elucidar as adversidades, as quais estão submetidas os estudantes do meio popular. Estes para sobreviver no mundo acadêmico e as negativas de um mercado de trabalho que não está preparado para recebê-los têm que subverter a ordem e criar redes sociais estratégicas para resistir.

Nesta tese indicamos alguns elementos capazes de exaurir o discurso - sustentado inclusive por pessoas de notório saber que negam mesmo diante das evidências a existência de uma nação e de uma cidade dividida. Do ponto de vista do acesso aos bens públicos é o lugar social que se ocupa que vai autorizar o maior ou menor grau de alcance aos direitos de cidadania.

A favela tem cor, tem naturalidade e guarda a história de pessoas que mesmo após mais de um século permanece na base da pirâmide social. A prática discriminatória contra a favela não aponta para a problemática racial, mas é o ponto de partida no exercício da discriminação facilmente observável:

(...) nas práticas discriminatórias que nossas instituições reproduzem, cotidianamente, nos processos de seleção, no currículo escolar, em discursos religiosos, nas relações familiares, nas ações dos aparelhos policiais, nas interpretações das leis e nas sentenças judiciais, nas opções de investimento dos entes estatais, nas empresas, na mídia, nos ditados e "piadas" do senso comum (Nascimento; Ignácio; Pinheiro, 2004, p. 193).

O preconceito e a discriminação racial estão colocados como pano de fundo nas determinações de “oportunidades” tanto no campo de trabalho como no ingresso ao universo acadêmico. Neste contexto, o acesso ao mundo do trabalho pelos moradores de favela, pelos negros, pelas mulheres, pelos pobres e por outros indivíduos que compõem os chamados grupos minoritários são muitas vezes dificultados devido à origem geográfica, de classe social e pelo racismo que, mesmo nos dias de hoje, permanece fortemente presente em nossa sociedade.

Para Campos (2005), a consequência do discurso que favorece a exclusão - seja de origem acadêmica, política e jornalística - são refletidos no espaço, porque simplesmente sugerem a inferioridade do negro como regra e a do mestiço, do pobre, do gênero e de outros membros dos grupos minoritários em condições eventuais. As elites dominantes criaram alguns mecanismos que em determinados momentos vão incapacitando pessoas do meio popular tanto para o trabalho, como para se desenvolver livremente em outros campos da vida social, a exemplo, pedir boa aparência, comprovante de endereço para atendimento em determinadas redes de saúde e referências para inserção nas vagas de emprego e, ainda, restringir as oportunidades de emprego as pessoas que utilizam apenas um transporte para chegar ao local de trabalho.

Em referência ao século passado, Oliveira (1999) pontuou que o processo que resultou nas favelas, tem sua origem no final da escravidão. A autora destaca que a escravidão contribuiu para a formação do quadro de relações de classe e de raça atual e, que é a discriminação racial que se constitui no núcleo duro das desigualdades sociais em nosso país.

Oliveira (1999) afirma que apesar da quase ausência de dados demográficos disponíveis, diferentes estimativas indicam que aproximadamente 60% dos favelizados do Rio de Janeiro são negros. As favelas também são apontadas pela autora como locais com maior predominância de população negra, onde há uma necessidade fragante de maior confronto da idéia de raça que circulam entre as representações de determinados sujeitos e a realidade por ele vivenciada.

Para Hall (2003,69):

... conceitualmente, a categoria 'raça' não é científica, as diferenças atribuíveis à 'raça' numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas em populações racialmente definidas; "raça" é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder sócio econômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo.

Aprofundando o debate sobre raça, apoiamo-nos em argumentos sustentados por Guimarães (2002) que em seus estudos observa que, a categoria "raça" foi perdendo a sua relevância biológica na classificação de grupos humanos. No entanto, nas relações sociais, o autor verifica que a concepção de raça ainda é um marcador diacrítico importante para o pesquisador interessado em compreender as sociedades hierárquicas pautadas nas desigualdades.

No sentido colocado por Guimarães (2002), “não há 'raças' biológicas, ou seja, não há nada na espécie humana que possa ser classificado, a partir de critérios científicos, que correspondam ao que comumente chamamos de 'raça'. Logo, a categoria raça teria também uma existência nominal, efetiva e eficaz também no mundo social e, portanto, no mundo social ela poderá ter validade plena”.

Para Munanga (2003), o racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos e, sim um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferior ao grupo que pertence. Para este autor, o racismo é uma tendência que consiste em considerar as características intelectuais e morais de um dado grupo, conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Para diferentes autores Peralva (1997), Campos (2005), Garcia (2009), apreender o debate sobre o conceito de raça é fundamental para quem busca entender o processo que determinou o isolamento de um determinado grupo social em detrimento de outro, sendo também essencial para quem investiga e analisa o contexto histórico preocupado em entender a correlação de força existente entre as categorias favela, raça e pobreza.

Não sendo as favelas e periferias espaço exclusivamente de negros, posto que estas estejam ocupadas também por brancos, dados estatísticos e estudos realizados pelos autores anteriormente citados, revelam que em função do racismo, os negros encontram um número maior de obstáculos para vencer as dificuldades do ambiente no qual vive. Principalmente quando colocamos dois moradores de favela com as mesmas características socioeconômicas, sendo um negro e um branco.

Na análise de Peralva (1997), ser morador de favela constituiu-se, do mesmo modo que a raça, um elemento significativo do ponto de vista do ordenamento da relação com o mundo. Isto porque, assim como o preconceito "racial", a discriminação contra o favelado adquiriu expressões sutis, ao lado de outras mais brutais.

O preconceito contra o favelado pode ocultar o preconceito contra o negro, já que ele também constitui uma forma de oposição entre ricos e pobres, sendo o negro por definição pobre, conclui Peralva (1997). Esta reflexão insere o componente racial na discussão relativa à discriminação contra os moradores de favela.

Segundo Petersen (2003), desde fins do século XIX, os escravos libertos e outras camadas pobres da população sem opções de moradia passaram a ocupar as beiras de rios e de lagoas e os morros, dando origem às favelas. No contexto da cidade, destaca a autora, construíram aglomerados ocupados por moradores pobres, atraídos pelas possibilidades de trabalho próximo à moradia, acompanhando a estruturação dos bairros. Assim, o processo de formação das favelas reproduziu, historicamente, uma relação de interdependência econômica, política e social com os bairros de seu entorno, foram essas pessoas que deram vida a cidade.

Para Campos (2005), a discriminação e a criminalização do espaço têm que ser contextualizada na história sócio-espacial da cidade, não podendo ser

percebida como fato atomizado. O autor reflete que a segregação espacial e a discriminação étnica de um dado seguimento social são historicamente construídas para atender aos interesses de grupos socialmente dominantes. São esses que, ao longo da história conduziram as reformas urbanas que tiveram como objetivo principal preparar a cidade para a capital.

É preciso esclarecer que este trabalho não se propõe a responder todas as questões desta tese. Pois nosso objetivo principal é produzir informações que favoreçam a superação e a eliminação das representações negativas que ainda povoam o imaginário social, afirmando mitos, reforçando estereótipos, retroalimentando preconceitos e reimprimindo dogmas referentes às favelas.

Buscamos ampliar os estudos que visam *o fortalecimento de um discurso ativamente defensor dos direitos humanos que, na prática se traduz nas lutas por um sistema social que valoriza a diversidade* (Santos, 2003:374-375). Acreditamos que a diferença existente entre os moradores de favela e do asfalto, entre negros e brancos, e ainda, entre ricos e pobres, não justifica a inclusão subordinada de determinadas pessoas ou grupos, logo, não deveria perpetuar as desiguais nas relações estabelecidas entre as pessoas.

Sabemos que o acesso a uma ampla literatura que aborde as categorias até aqui apresentadas, não garante, isoladamente, a aproximação necessária da história e da memória coletiva dos moradores de um dado lugar. Por este motivo, a nossa trajetória acadêmica e profissional, a experiência de participação orgânica na coordenação geral do movimento dos Pré-Vestibulares Para Negros e Carentes e a efetiva contribuição na fundação dos núcleos inseridos nas favelas do Jacarezinho e Manguinhos, revelaram-se fundamentais para a reflexão e compreensão do contexto em análise.

Se por um lado a participação no movimento dos Pré-Vestibulares Para Negros e Carentes proporcionou um contato direto com alguns signos de uma cultura particular ilustrada, por outro, reforçou nossos laços com um grupo de atores, guardiões de uma história que conserva aspectos da vida real presentes no espaço da favela e ainda não devidamente valorizado.

O método de pesquisa desenvolvido para escrita das trajetórias foi o da técnica de pesquisa qualitativa, na modalidade de estudo de caso, realizado através da aplicação de formulários, acompanhado de redações escrita pelos sujeitos em observação. A sintetização do processo de formação escolar até a

chegar à universidade, as entrevistas semi-estruturadas, norteadas por um roteiro previamente definido e, ainda, a reunião dinâmica de um grupo focal que discutiu amplamente o tema favela, educação e cidadania, categorias centrais deste estudo, foram essenciais para compreensão do problema.

A entrevista, para Ludke e André (1996) também se configura enquanto um instrumental básico de coleta de dados em que a relação estabelecida é a de interação, ao contrário de outras técnicas que pressupõem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o sujeito abordado. Esta técnica, segundo os autores “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam eficaz na obtenção das informações desejadas” (Ludke; André, 1986, p.34) e foi nesta perspectiva que trouxemos as falas obtidas como estratégias possíveis para mediar o diálogo entre as histórias dos estudantes em voga e os autores criteriosamente selecionados.

Os resultados dos primeiros estudos que realizamos sobre a favela do Jacarezinho envolveram inicialmente um grupo de mulheres costureiras moradoras desta favela. Estávamos ainda na etapa de nossa graduação (2000) e, logo em seguida, no âmbito do curso de especialização (2003) e mestrado (2005) já pesquisamos a influência do espaço na afirmação da identidade local dos moradores de favela. Estes estudos nos permitiram definir quais os aportes teóricos e metodológicos que melhor se aplicariam ao nosso estudo e que ênfase daríamos às trajetórias sociais dos moradores em observação, cujas histórias descritas consolidaram-se como marcas distintivas deste trabalho.

Norteados pelas contribuições metodológicas de Gryszyan (1999), o resultado de nossos estudos não se limitou a realizar um exaustivo comentário de textos consagrados inseridos numa determinada cadeia de pensamento, vinculado àqueles que seriam seus predecessores e sucessores, ou detectando seus opositores intelectuais. Ancoramos nossa tese nas trajetórias acadêmicas e profissionais de um grupo de estudantes através de observações das participações nas aulas de cultura e cidadania, aulas de campo e atividades de lazer culturais produzidas pelo núcleo do PVNC Jacarezinho.

Optamos por trabalhar com a práxis e com a multiplicidade de linguagens, por entendermos assim como Minayo (1992) que isto nos permite compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais que, por sua vez são depositárias de

crenças, valores, atitudes e hábitos que em uma abordagem dialética, buscam encontrar na parte a compreensão e a relação com o todo.

Os procedimentos metodológicos adotados visaram também estimular e valorizar a relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, por meio da análise das relações sociais estabelecidas nas diferentes escalas sociais. Pois acreditamos que, para entender os problemas vivenciados pelo grupo em observação foi preciso obter uma ampla compreensão do mundo social hierarquizado e realizar uma análise mais apurada da configuração de privilégios e de exclusões já consolidadas.

Lefebvre (2008), refletindo as formas dinâmicas similares a que estudamos, salientou que para haver uma maior compreensão dos diferenciais de poder que determinam a construção social de espaços urbanos como, por exemplo, a favela, faz-se necessário focalizar e valorizar as práticas espaciais da sociedade mais amplamente. Nas abordagens feitas em nossa tese foi considerado o fato de que as práticas espaciais estão implicadas (no passado e contemporaneamente) em práticas sociais e espaciais específicas que dão formas concretas (ao mesmo tempo em que derivam de concepções e práticas relacionadas) aos espaços urbanos socialmente construídos.

Sabemos que a formação das favelas e das hierarquias sociais que as caracterizam estão profundamente implicadas em um dado momento histórico da construção do espaço urbano brasileiro. Assim, para uma melhor apreensão teórica da categoria favela foi necessário romper com as abordagens que se limitam a fazer uma descrição fria do lugar sem incorporar as dimensões políticas e ideológicas que interferem na consolidação deste espaço.

Diante do exposto, foi necessário trilhar o caminho das transformações do ambiente comunitário, dimensionando o espaço, fazendo um breve resgate do discurso do termo favela de forma articulada com o contexto no qual foi definido. Analisamos as práticas de discriminação de naturezas diversas, sobretudo as relacionadas ao local de moradia, à raça e ao gênero, considerando que estas categorias vêm inspirando e reforçando práticas discriminatórias em toda sociedade, além de ocupar um importante papel na conformação dos conflitos travados no espaço urbano. No campo da produção acadêmica, observar-se que muitas vezes as análises são fragmentadas.

As formas de preconceito e de discriminação que acometem as favelas e os bairros populares, segundo Wacquant (2001), têm levado muitos de seus moradores a desenvolverem comportamentos orientados pela busca de se dissociarem desses lugares, através da negação da sua história e de qualquer relação com o seu lugar de origem. Este fator tem dificultado, muitas vezes, a produção de estudos que afirmam a favela de forma positiva. Como exemplo, mesmo na ampla literatura que trata da problemática das favelas, a pobreza ganha destaque, mas a cor da pobreza e o sexo da marginalidade permanecem recebendo um tratamento secundário por parte dos pesquisadores.

A incorporação das temáticas de gênero e raça é de grande importância para aqueles que buscam compreender a discussão sobre o surgimento do conflito existente entre favela e cidade. Acreditamos que para apreender de forma ampla as tensões que permeiam a construção do espaço urbano, é necessário desenvolver um estudo que dê conta de articular a pobreza e suas especificidades com as problemáticas suscitadas pelas relações de gênero e raça.

As questões supramencionadas nos impõem a exigência de ir ao *locus* em que ocorre a experiência do grupo de estudantes originários da favela do Jacarezinho. E, estando no lugar, lançar um olhar norteado por um roteiro histórico voltado para reconstrução de parâmetros mínimos de definição de favelas, que eliminem as percepções do senso comum. Já para se apropriar da interferência das categorias em questão foi preciso promover um encontro dialético entre uma vasta literatura sistematizada e as histórias de vida dos sujeitos em observação.

1.2.

Por que a favela? O território da pesquisa.

As favelas estão inseridas na paisagem urbana desde o final do século XIX. Porém, somente a partir de 1930, elas começam a marcar oficialmente espaço da cidade. No primeiro Censo oficial a levantar a população das favelas, realizado em 1948, estava identificada, dentre as 405 favelas existentes nesta ocasião, uma população de aproximadamente 138.837 habitantes, que no período representavam 7% da população que habitava o antigo Distrito Federal. Informa

Valladares (1978:22) *que, este percentual estava distribuído por toda a área urbana justificando aumento acelerado do contingente populacional na cidade.*

O primeiro plano urbanístico para a Cidade do Rio de Janeiro data de 1875, um pouco anterior à proclamação da república, visando remodelar, embelezar e melhorar as condições de saneamento da cidade, incluindo a vacinação obrigatória contra a febre amarela. Com o fim do período colonial, a cidade pretendia se modernizar e ingressar na economia internacional, atraindo investimentos externos.

As reformas urbanas do início do século eliminaram os cortiços do centro da cidade, onde, em 1890, moravam cerca de 100.000 habitantes; mas não apresentaram alternativas de moradia condizente com os padrões de habitabilidade saudável.

O escritor e repórter João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto – o Paulo Barreto ou João do Rio (1899-1921), foi um dos poucos que à época, escreveu sobre a pobreza na cidade. Para o desenvolvimento de seu trabalho optou pela ida ao campo, ao invés de adotar o estilo “crônico de gabinete”, escrito sem averiguação de informações. Usando uma nova forma de traduzir a realidade da cidade ele produziu informações que destoou daquela divulgada pelo governo e pelas classes dominantes.

Ao abordar temas como pobreza, vícios, drogas e outras mazelas que o ideal de modernização e higienização tentou expulsar do centro da cidade e esconder nas periferias, em subúrbios e favelas, João do Rio revelou que a higienização imposta pelo governo e pelas elites dominantes da Capital Federal – Rio de Janeiro, apenas afastou do centro os miseráveis, sem solucionar os problemas sociais. Não houve emprego para todos e a má distribuição de renda continuou. Mas, tornou-se necessário mostrar que ex-escravos e estrangeiros podiam integrar-se, afinal o país entrava em um mundo moderno.

A população pobre que crescia, sobretudo, com a emigração da zona rural para a cidade, intensificou a ocupação dos morros, por serem áreas livres e pela sua proximidade dos locais de trabalho. O mesmo aconteceu nas áreas cortadas pelas principais vias de circulação da cidade, que comunicavam o centro com a zona norte, onde se assentaram os estabelecimentos industriais: as ferrovias e, mais tarde, as grandes avenidas. Nos anos 1920, por exemplo, uma das principais favelas suburbanas havia se formado próximo à estação de Madureira.

A partir dos anos 1920, com o processo de industrialização do país, o Rio de Janeiro, então capital da república, passa a sofrer grandes transformações em seu espaço urbano. É desta década o segundo plano da cidade, o Plano Agache, que também se preocupava com o embelezamento da cidade e criava diversas regras para as edificações e para a ocupação ordenada de espaços, separando áreas para moradia, comércio ou indústrias.¹

A atividade industrial tendeu a concentrar-se nos grandes centros e, os empregos criados por elas e pelas fábricas estimulavam o deslocamento das populações rurais para a cidade. Perlman (1977:39) destacou que, dentre os motivos que levaram as pessoas a se deslocar das suas regiões de origem, está a divisão cada vez menor de lotes para a agricultura de subsistência, ocasionados ou pelos latifúndios, ou pela mecanização da lavoura e a quase total ausência de investimento público para o desenvolvimento da agricultura em algumas regiões do Brasil.

De 1920 até 1990 as favelas cresceram, espalharam-se ao longo da cidade e formaram grandes complexos, estendendo-se, posteriormente, para outras áreas adjacentes, alguns delas do tamanho similar a determinadas cidades brasileiras. As maiores são: Rocinha, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Complexo da Maré; favelas, que juntas, possuem uma população de mais de meio milhão de habitantes.

As migrações para a cidade, ocorridas até a década de 1940, favoreceu a proliferação de favelas na cidade. O censo de 1940 registrou um total de 138.837 habitantes nas 105 favelas assim distribuídas (Abreu, 1997):

- Na área suburbana - 44% das favelas e 43% dos favelizados;
- Zona Sul - 24% das favelas e 21% dos favelizados;
- Zona Centro-Tijuca 22% das favelas e 30% dos favelizados;
- A Zona Bangu-Anchieta, as mais distantes dos locais de emprego, tinha participação menos significativa – cerca de 10% de favelas e 6% de favelizados.

Nos anos 1940, a favela revelava-se como um importante núcleo de oposição política, forçando o Estado a reavaliar a relação que até então vinha

¹ Por esta época surgem ainda os primeiros regulamentos para as construções de prédios (os arranha-céus) dentre eles o primeiro grande código de obras, que reunia todas as regras para as construções e a ocupação da cidade foi editado a partir deste plano, em 1937 e, influenciando ainda hoje na legislação urbanística.

estabelecendo com o espaço. Este passou a sugerir alguns projetos e ações públicas voltadas para o melhoramento das moradias e condições higiênicas, mas totalmente desarticulação da integração com a cidade, posto que houvesse uma preocupação maior em prevenir o contato da favela numa tentativa de evitar ocorrências de epidemias nos bairros da cidade "formal". Entretanto, na prática estes projetos não aconteceram e a favela foi transformada num gueto apartado da cidade.

Na década de 40, durante a ditadura do Estado Novo, informa Alvito (2010) algumas favelas foram retiradas e seus moradores colocados em "Parques Proletários" onde viviam sob estrito controle governamental, com hora até para dormir. Nas décadas de 60 e 70, principalmente durante a Ditadura Militar, 140 mil pessoas foram retiradas de suas casas e enviadas para conjuntos habitacionais distantes, perdendo vínculos comunitários e oportunidades de emprego, sendo obrigadas a gastar mais dinheiro com transporte e ainda por cima a pagar prestações².

As favelas da Zona Sul, como a Praia do Pinto, a Catacumba, o Morro do Pasmado, foram sumariamente removidas devido a sua localização próxima a áreas de grande valorização imobiliária. Mas, buscando atender uma demanda das elites urbanas por trabalho doméstico, o mesmo poder público removeu um grande contingente populacional dos locais mais valorizados gerou uma ocupação "consentida" – ilegal e irregular – do Vidigal, da Rocinha, do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho.

Em comparação, a cidade do Rio de Janeiro no período correspondente a 1950 e 2000, considerando-se a taxa de crescimento da população moradora de favelas, excedeu a taxa de crescimento do resto da população da cidade. O maior crescimento das favelas ocorreu na década de 1950, no pós-guerra, período em que a migração urbana começou.

A partir da década de 50, definiu-se uma primeira política oficial de remoção das populações das favelas para conjuntos habitacionais periféricos, sem qualquer estrutura de saúde, educação, trabalho, transporte e lazer. A Praia do Pinto foi uma das primeiras favelas a serem removidas; parte das famílias ficou na

² Dos Parques aos Conjuntos. **Entrevista** – prestada por Marcos Alvito ao Observatório de Favela, em 20/04/2010 12:54. Por Rosilene Miliotti.

Cruzada São Sebastião, no Jardim de Alá, outros foram para conjuntos de habitação popular na Cidade de Deus ou para outras áreas periféricas da cidade.

Na década de 1960, a taxa de crescimento das favelas também excedeu, significativamente, a taxa de crescimento da cidade do Rio de Janeiro como um todo. A exceção deu-se nos anos 70, quando a política de remoção maciça de favelas erradicou 72 favelas e deslocou aproximadamente 17 mil famílias, algo em torno de 100 mil pessoas.³

O segundo fator relacionado à queda da taxa de crescimento da população favelada entre as décadas de 60 e 70 foi a “abertura” da periferia metropolitana aos trabalhadores pobres por meio da produção extensiva de lotes urbanos, iniciada na década de 50 e expandida até os anos 70. Nesse período, o loteamento periférico, com baixos investimentos em infra-estrutura e comercialização em longo prazo, tornou-se o principal meio de acesso dos pobres à casa própria. Com efeito, houve um redirecionamento dos fluxos migratórios inter e intra-regionais para essas “novas” áreas, especialmente as oriundas do município do Rio de Janeiro, o que gerou a diminuição do número de migrantes na capital. É importante mencionar os impactos da política de remoção de favelas nas décadas de 60 e 70. Segundo Santos (Apud Lago, 2001), 175.800 pessoas haviam sido removidas até 1968, mas foi a partir desse ano, até 1973, que o programa foi mais sistemático e intenso.

Entre 1980 e 1990, a taxa de crescimento da cidade diminuiu para 7,6%, enquanto a taxa de crescimento de favelas aumentou de 11,4% para 40,5%; e entre 1990 e 2000, a população da cidade cresceu 6,9% ao ano enquanto as favelas cresciam em 24%.

³ Informações oficiais da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado da Guanabara (1973); Davidovich, 1997.

A porcentagem da população do Rio morando em favelas, de acordo com as estatísticas oficiais apresentadas, é agora a mais alta entre as cidades brasileiras. (Tabela 1).

A tabela 1 – mostra a Taxa de Crescimento de Favelas no Rio de Janeiro de 1950 a 2000					
Ano	Pop.de Favelas (a)	Mun. Pop.Rio (b)	a/b%	% de cresc. Pop. Favelas	% de cresc. Pop.Rio
1950	169.305	2.337.451	7,24%	-	-
1960	337.412	3.307.163	10,20%	99,3%	41,5%
1970	563.97	4.251.918	13,26%	67,1%	28,6%
1980	628.17	5.093.232	12,33%	11,4%	19,8%
1990	882.483	5.480.778	16,10%	40,5%	7,6%
2000	1.092.958	5.857.879	18,66%	23,9%	6,9%

Tabela 1 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A Tabela 2 mostra que o crescimento não está concentrado apenas na região mais central da cidade. No período de 1980 a 1992, por exemplo, o percentual encontrado nas zonas sul e norte foram de 21% e 14,7% respectivamente; enquanto que na zona oeste, o número de favelas aumentou em 108% no mesmo período.

Tabela 2 - Taxa de Crescimento por Zona de 1980 a 1992						
ZONAS	Número de Favelas			População das Favelas		
	1980	1992	Taxa Cresc.	1980	1992	Taxa Cresc.
Sul	25	26	4%	65,596	79,651	21%
Norte	22	25	14%	49,042	55,768	14%
Oeste	86	195	127%	94,002	195,546	108%
Subúrbio	194	270	39%	416,307	532,340	28%
Central	45	57	27%	92,119	99,488	8%
TOTAL	372	573	54%	717,066	962.793	34%

Fonte: IPLAN/Rio.

O resultado do Censo IBGE 2010 revelou que o Estado do Rio de Janeiro é o terceiro mais populoso do Brasil com cerca de 15.993.583 (quinze milhões novecentos e noventa e três mil e quinhentos e oitenta e três habitantes) e a cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior em número de população do país, com aproximadamente 6.323.037 (seis milhões trezentos e vinte três mil e trinta e sete) habitantes. O Estado possui também a maior concentração de favelas do Brasil.

Metade da população residente em favelas do estado está situada na cidade do Rio de Janeiro, o que corresponde há cerca de dois terços da área metropolitana do Estado. Só na capital há, aproximadamente, 1.100.000 (um milhão e cem mil) pessoas residindo em 600 favelas espalhadas pela cidade, o que representa 18,9% da sua população total.

Existem ainda 380 mil pessoas vivendo em condições precárias – aproximadamente 7% (sete por cento da população), nos 590 loteamentos⁴ irregulares, sem deixar de considerar o significativo número de pessoas que sobrevivem nas ruas da cidade⁵, aproximadamente 1.682.⁶ A projeção realizada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS sinalizou que, até 2010, as favelas cariocas concentrarão 21,1% da população urbana, somando um milhão e quatrocentas mil pessoas.⁷

Segundo PERLMAN(2007) existem atualmente cerca de um bilhão de favelados no mundo; destes, cerca de 90% estão nos países ditos subdesenvolvidos, no caso da América Latina 14% da população encontram-se nas favelas. Baseada no relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, a autora aponta o Brasil como sendo o país mais desigual da América Latina e constata que quase um terço de todos os brasileiros vive em favelas.

⁴ Os loteamentos irregulares são uma forma de habitação popular definida pelo fato de o processo de legalização do empreendimento não ter sido concluído, em geral, por que o empreendedor não realizou todas as obras de infra-estrutura exigidas pelo poder público. De todo modo, sua configuração espacial caracteriza-se por uma clara separação entre os lotes, com a delimitação de áreas públicas; e em geral os seus moradores possuem um título precário de propriedade.

⁵ Dados segundo Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008. Já a, *Agência Brasil-ABR*, em 29 de abril de 2008, informou que a maior parte da população em situação de Rua no Brasil (70,9%) exerce atividades remuneradas, entre elas a de catador de materiais recicláveis, flanelinha, empregado de construção civil, de limpeza e como estivador (ajudante de embarque de carga nos portos).

⁶ Dados obtidos nos arquivos da Secretaria Municipal de Habitação – SMH no período que vai de 1994 a 1999.

⁷ As favelas diferenciam-se dos demais tipos de moradias precárias, sobretudo, por serem invasões de terrenos públicos (em sua maioria) ou privados. Já os loteamentos irregulares e/ou clandestinos são terrenos que foram comprados, embora o título de propriedade dependa de regularização, em sua maioria de forma irregular e clandestinamente, inclusive sem submissão do projeto urbanístico e/ou arquitetônico.

Os números registram o crescimento da favela e sua significativa contribuição para o desenvolvimento da cidade e, ao mesmo tempo em que, dimensiona a complexidade do problema habitacional no Brasil que foi impulsionado pela má distribuição de terras e pela inexistência de uma política de Estado voltada para resolver às dificuldades de acesso a moradia dos grupos mais pobres da sociedade.

Foram poucos os avanços no que diz respeito às questões mais incisivas relacionadas às formas de apropriação e de uso do solo urbano no Brasil, sobretudo, no que se refere ao acesso à titularidade da propriedade de terras. Frente ao problema, diferentes grupos vêm se organizando e manifestando contra ao descaso com que determinados gestores públicos das três esferas governamentais vêm tratando o problema de déficits de habitação popular no país, que perduram desde longas datas e, ganham força a partir de uma expressiva mobilização e ação dos movimentos populares, a exemplo, o Movimento de Trabalhadores Sem Terra – MST e Movimento de Trabalhadores Sem Teto – MTST.

A explosão do subúrbio informa Conniff (2006: 46), foi viabilizada pelo fornecimento de trens ligando casa-trabalho ao longo das quatro principais linhas férreas. “Os subúrbios, no início do século XX, também eram vistos como bairros promissores e com o tempo se tornariam respeitáveis e atraentes”. A não concretização dessas esperanças se deu, sobretudo, em função do desvio de dinheiro público, que passou a ser destinado a determinadas partes da cidade, o que impossibilitou o fornecimento de serviços suficientes para uma população grande e em expansão.

A favela, ao longo da história do Rio de Janeiro, foi predominantemente considerada um componente indesejável na estrutura urbana. Esta visão está presente no início do século, desde as intervenções da gestão do prefeito Pereira Passos (1903-1906) até o Plano Agache, nos anos 30. Sua importância e participação no contexto da cidade só eram percebidas e assumidas para controlar a higiene pública e as epidemias. Ainda assim, por sua desordem urbana e a marginalização de sua população, a política do governo para as favelas era voltada para a sua erradicação nas áreas próximas à cidade formal.

O programa Favela-Bairro está inserido no escopo da política habitacional do município do Rio de Janeiro, instituída em 1993. Seu objetivo principal é a implantação de melhorias urbanísticas, por meio da realização de obras de infraestrutura urbana que garantam a acessibilidade e a construção de equipamentos urbanos de uso coletivo, visando obter ganhos sociais, promover a integração e a transformação da favela em bairro⁸.

As ações do poder público no Programa Favela-Bairro repetem os erros da maior parte dos programas adotados no passado. Na medida em que são propostas soluções para o problema da ocupação e construção informal e irregular restringindo suas ações em medidas paliativas que envolvem as conseqüências do processo de favelização, sem atingir as causas que produzem esse processo, não são viabilizadas soluções concretas para muitos dos problemas habitacionais existentes na cidade do Rio de Janeiro.

Abreu (1997) sublinha que a intervenção direta do Estado sobre o urbano transformou a cidade, tanto em termos da aparência (morfologia urbana) como de conteúdos (separação de usos e de classes sociais no espaço). O autor avalia que as ações públicas voltadas para estruturar o espaço da cidade, sem dúvida, influenciaram diretamente não só a construção física dos espaços geográficos, mas também as formas de estabelecimento das relações sociais neste território, fazendo com que ele estivesse cada vez mais dividido e segmentado.

Em outras palavras, a forma de atuação do Estado na organização do espaço urbano colaborou para aguçar a divisão entre bairros dentro de uma mesma cidade. Desta forma, aqueles melhores servidos por recursos públicos foram direcionados para ocupação de classes mais abastadas, em detrimento de outras áreas com maior escassez de serviços, inclusive aqueles considerados básicos, para os grupos que, no período da urbanização brasileira, possuíam os menores rendimentos.

A partir do século XIX, no Rio de Janeiro, houve um aceleração do processo de estratificação espacial e social (uma característica da cidade desde a sua formação), na medida em que o Estado privilegiou as classes com maiores rendimentos favorecendo apenas um segmento na melhor utilização de

⁸ Como objetivos complementares ao Programa Favela-Bairro, criaram-se os programas de Regulamentação Fundiária e de Geração de Rendas, para serem introduzidos posteriormente à execução das obras realizadas nas favelas selecionadas.

equipamentos públicos de uso coletivo. A grande diferença estabelecida em termos de infraestrutura urbana, principalmente entre os núcleos das grandes cidades e as suas periferias constituiu um exemplo vivo da forma desigual em que se realizaram as políticas públicas de urbanização brasileira, ao longo dos anos.

Na análise de Kowarick (1983) foi por meio desta ação pública que as classes populares foram "empurradas" para as margens da cidade, passando a residir em espaços que se constituíram como aglomerados distantes do centro, clandestinos ou não, geralmente carentes de infra-estrutura urbana. Partindo deste pressuposto autores como Burgos (1999), Ventura (1994); Rocha (2000); apresentaram um conjunto de abordagens que traziam em seu bojo, uma série de inquietações

Perguntamos: por que no transcurso de mais de um século de negação, violação de direitos e opressão cometida contra moradores de favela, especialmente no processo de industrialização e urbanização brasileira⁹, não foi suficiente, para que o Estado reconhecesse e amortizasse a dívida social adquirida com os moradores de favela? A quem interessa a perpetuação dos dogmas e representações redutoras da favela a um espaço específico de pobreza e de violência generalizada?

As favelas do Rio abrigam uma imensa população de trabalhadores que diariamente se dirigem aos locais de trabalho situados em diversos pontos da cidade. Incluem também inúmeras atividades econômicas desenvolvidas por empreendedores, geralmente moradores locais, que também empregam pessoas moradoras ou não na localidade.

Há estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços dos mais diferentes tipos e portes, desde supermercados até agências bancárias, passando por pequenos bares, oficinas de automóveis e agências de serviços públicos. Todos funcionam, normalmente, seguindo as regras de mercado. As diferenças em relação ao resto da cidade se dão quanto ao grau de informalidade que nas favelas é maior. Mesmo assim, nas grandes favelas, muitos estabelecimentos pagam impostos, têm licença de funcionamento e registram seus empregados.

Em 2001, na cidade do Rio de Janeiro havia cerca de 5 estabelecimentos para cada 100 habitantes da área formal. Numa pesquisa recente realizada em 9

⁹ Sobre este assunto ver Abreu (1997); Castells (1983); Oliveira (1994) e outros.

favelas de porte médio beneficiadas pelo Programa Favela-Bairro essa taxa era em média de 1,9.¹⁰

Segundo Neri (2007), a renda média do trabalho é cerca de 5,3 vezes maior no grupo das áreas mais ricas. Agora, ao contrário do estereótipo do malandro, a jornada média do habitante do morro carioca é superior em 5 horas a do morador do asfalto. O resultado destes dois vieses torna os diferenciais de salário-hora superiores aos observados na renda mensal: 11,8 reais-hora contra 1,99 reais-hora.

Ao longo de mais de um século, a intervenção do Estado nas favelas têm sido marcadas por duas vertentes: a de erradicá-la através da remoção e/ou sua destinação para outros usos, sobretudo aquelas que estão em áreas de grande interesse imobiliário. No processo de desenvolvimento deste estudo, identificamos algumas tentativas do poder público no sentido de ampliar as fronteiras da favela, a fim de produzir uma “integração” versus inclusão não subordinada com o contexto urbano que a cerca.

Não podemos esquecer que a retórica que se repete diariamente nos noticiários de rádios, TVs e jornais dos mais variados matizes é o discurso do próprio poder público, como sinaliza Felix (2008), já que dão ênfase às notícias sobre os eventos criminosos limitando-os aos espaços de favela. Desta forma, produz uma falsa imagem de territórios de “criminalidade urbana”, revisitando e consolidando a concepção de áreas de seguranças (nobres) versus áreas de risco (pobres). Para a autora:

Segundo Dagnino (2004), a chamada nova cidadania ou cidadania ampliada começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura. Tal concepção, segundo a autora, buscava implementar um projeto de construção democrática de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política. Incorporando características de sociedades

¹⁰ Esta Introdução foi amplamente baseada em Cavallieri. F. Dados econômicos sobre as favelas do Rio, mimeo, 2003.

contemporâneas, tais como o papel das subjetividades, o surgimento de sujeitos sociais e de direitos de novo tipo, bem como a ampliação do espaço da política. Tal projeto reconhece e enfatiza o caráter intrínseco da transformação cultural com respeito à construção da democracia.

Para integrar a favela à cidade faz-se necessário, portanto, viabilizar um conjunto de ações que facilitem o acesso à cidadania ampliada, considerando-a como elemento decisivo para a uma participação equânime entre os diferentes grupos que compõem o cenário da cidade. O real compromisso assumido pelo Estado, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹¹ que outorga a todas as pessoas o título de cidadãos de direito, um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário e habitação tem sido relegado ao segundo plano.

Diante do fato, surgem outras questões cujas respostas são prementes: *que compromisso e diálogo o Estado brasileiro tem estabelecido com o Estatuto da Terra que, em seu artigo 2º assegura a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, determinada pela Constituição brasileira? O que há por trás do discurso que, mesmo na contemporaneidade, nega à favela e às pessoas que nela residem, o direito de acessar os recursos que possibilitariam a superação de suas desvantagens com relação aos demais grupos sociais da cidade?*

O artigo 6º da CRFB/88 reafirma o compromisso e o papel do Estado como o principal responsável pela defesa e garantia de direitos sociais. Dentre os direitos sociais estão: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância e a assistência aos desamparados. Isto vem sendo submetido a uma lógica global de redução de direitos sociais, em que uma parcela importante da população, os mais pobres, não são efetivamente possuidores.

Conforme descrito no artigo 182 da CRFB/88, a política urbana, executada pelo poder público, tem por finalidade o ordenamento do pleno desenvolvimento social da cidade e a garantia do bem estar de seus habitantes. Os sistemas sociais que hoje estruturam a vida em sociedade mostram cada vez mais limitações em seus próprios fundamentos.

¹¹ Artigo XXV, item 1-1948.

É importante dizer que o Estatuto da Cidade - também conhecido como Estatuto das cidades - denominação oficial consagrada pela lei 10.257 de 10 de julho de 2001, é um instrumento jurídico que regulamenta o desenvolvimento urbano no Brasil. É de sua responsabilidade também regulamentar e definir instrumentos propícios à efetivação das diretrizes encontradas no capítulo sobre Política urbana da Constituição Brasileira (de 1988)¹².

Os Planos Diretores, obrigatórios a todas as cidades com mais de vinte mil habitantes, bem como o Estatuto da cidade, têm como objetivo principal normalizar a plena realização das funções sociais da propriedade que se materializam em: acesso à moradia; à infra-estrutura de transporte e saneamento; ao meio ambiente saudável; ao patrimônio histórico, cultural e paisagístico; e aos equipamentos de educação, saúde, lazer e tantos outros direitos vistos como fundamentais; mas que no caso das favelas, têm sido negligenciados.

A Constituição Federal vigente, o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade que, em seu artigo¹³ 2º expõe como diretriz da política urbana, o dever de garantir o direito à cidade sustentável, entendida como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, tem sua efetividade relativizada. E a carta magna, sendo *um instrumento jurídico que visa por um lado regularizar, ordenar e nortear as intervenções e as formas de ocupação e uso do espaço urbano pode ser aplicado de forma igual nos diferentes espaços da cidade?*

Problematizamos a idéia de favela concebida como um mundo social à parte da cidade, configurando-se como um produto da desordem urbana, violência, pobreza e carência de políticas públicas que impossibilitam o exercício da cidadania plena ao seu morador, frequentemente apontado como um indivíduo que possui uma vida à margem da lei. Pelos motivos expostos, optamos por analisar um grupo de moradores de favela que ingressaram na universidade na primeira década do século XXI; um recorte e escolha na escala de observação, sem com isto prejudicar a amostra da representatividade em relação ao conjunto de moradores favelizados. A nossa intenção foi variar a forma e a trama como a realidade é comumente apresentada.

¹² Ele surgiu como projeto de lei em 1990, proposto pelo então senador Pompeu de Souza, tendo sido aprovado apenas em 2001, onze anos depois.

¹³ Item I-2001

Ao investigarmos a história de um grupo de estudantes universitário morador da favela do Jacarezinho, acompanhando sua mobilidade social, nos deparou com uma pluralidade de destinos. Norteados pelo trabalho de Revel (1998), registramos alguns eventos da vida cotidiana dos moradores em observação e vislumbramos a possibilidade de apresentar uma redefinição da noção deste contexto social. Para tanto, sublinhamos aspectos de suas experiências quanto moradores da favela, tomando exemplos da trajetória particular destes indivíduos como parâmetro e unidade de medida para entender a interferência do espaço-favela em sua mobilidade social.

A partir não apenas do que dizem sobre o lugar, mas de percursos vivenciais conjugados à realidade descrita na biografia e nos relatos, traçamos nossa reflexão. Reveladoras da privação de direito, exclusão e discriminação, a história dos estudantes serve de base para análise que faremos em seguida do processo de construção da representação da favela e os impactos desta na mobilidade social de seus moradores. situar a temática da favela em suas relações com cidadania, educação e políticas públicas.

1.3.

Por que os egressos do ensino superior e provenientes do PVNC - os “doutores” em questão?

Foi nas atividades organizadas pela Juventude Operária Católica Brasileira, no decorrer do ano de 1992, que tive os primeiros contatos com a favela. Realizamos visitas a um grupo de jovens moradores da Favela da Rocinha, neste período, eles receberam acompanhamentos para o melhor desenvolvimento de suas ações, reuniões e debates. O objetivo era despertá-los para realidade em que viviam enquanto jovens oriundos da classe trabalhadora residentes no local.

Em 1995, ingressei como aluna no Pré-Vestibular para Negros e Carentes, em Nilópolis, município da Baixada Fluminense¹⁴ e ao mesmo tempo assumi a

¹⁴ O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) é um movimento de educação popular, laico e apartidário, que atua no campo da educação através da capacitação para o vestibular de estudantes economicamente desfavorecidos em geral, e negros (as) em particular. Atua no campo do chamado "movimento negro", desde que, reforçado por estatísticas oficiais, já há algum tempo evidenciava-se a enorme distância entre negros e brancos no acesso à educação formal, embora educação e escolarização serem estágios praticamente obrigatórios em nossa sociedade.

militância no movimento que se estruturou em uma dialética na qual éramos alunos-militantes.

O ano de 1997 foi marcado pela minha aprovação no vestibular da Pontifícia Universidade Católica e na Universidade Federal Fluminense de Campos de *Goytacazes*. No entanto, a dificuldade financeira somada à quase inexistente política de permanência na universidade (infra-estrutura mínima para receber os alunos do meio popular de outros municípios), inviabilizaram a minha permanência e forçou a buscar a única alternativa possível para o prosseguimento dos estudos: o ingresso como bolsista de ação social da PUC - Rio.

A entrada na universidade ocorreu no momento de nossa saída do movimento operário. Apesar da insistência em permanecer, havia dificuldades concretas em conjugar as exigências do mundo acadêmico com o longo percurso diário entre casa e universidade; assim como as demandas e desafios impostos pela família e a militância neste movimento popular.

A saída da JOC-B não significou o fim do meu envolvimento em ações transformadoras. Em função da trajetória neste movimento, o curso de graduação em serviço social, desde o princípio serviu como um meio para a realização de uma reflexão analítico-teórica que explicasse as adversidades pelas quais, estudantes advindos do meio popular, apesar de conquistar um lugar na universidade, estavam inseridos no contexto acadêmico, mas apartados dele por condições subalternizadas.

A insuficiência de meios materiais importantes para garantir uma inserção equânime nas etapas de formação determinava as condições de subalternidade na qual se encontravam muitas pessoas do meio popular na universidade. A descrença na capacidade de estudantes pobres superarem os limites das péssimas condições e qualidade de ensino muito comum nas áreas periféricas também se constituíam como um desafio para aqueles que buscavam melhorar as condições de vida e de trabalho.

O ingresso na PUC - Rio confirmava que a ausência de condições mínimas para a manutenção no espaço acadêmico e as desvantagens sociais e educacionais experimentadas pelos estudantes pobres, mesmo após sua inserção em um curso de nível superior deveriam ser desnaturalizadas. Pois, a existência de dificuldades expunha a necessidade de criação de estratégias de sobrevivência, por parte dos

estudantes pobres, mas, revelava também que com tática a permanência e a superação dos desafios educacionais eram possíveis.

A minha própria experiência sinalizou por um lado a relevância de desenvolver um estudo sistemático sobre o acesso e a permanência de jovens pobres na universidade. Por outro, confirmava que deveriam emergir do poder público, a proposição de um conjunto de políticas de ações afirmativas que garantissem condições de igualdades a estes estudantes no processo de formação acadêmica: graduação, mestrado e doutorado e, especialmente, na transição da universidade para o mercado de trabalho, uma vez que o ingresso de muitos de nós se dá de forma dramática.

No ano de 1998, passei a integrar a equipe que implantou o Programa de Desenvolvimento Econômico Local em Comunidades de Baixa Renda – PDEL, em várias favelas cariocas, através da parceria entre a Secretaria Municipal de Trabalho – SMTb e o Instituto SERE – Serviços e Estudos de Realizações Empresariais Sociais - SERE¹⁵. Nesta instituição permaneci por aproximadamente três anos, de julho de 1998 a até maio de 2001, inicialmente como Agente e depois como Promotora de Desenvolvimento Local em Comunidades de Baixa Renda.

Quando fui selecionada para trabalhar no Programa de Desenvolvimento Econômico Local, cursava o 4º período da universidade; porém, já dotada de importantes experiências de ação no campo da educação e geração de trabalho e renda, ambas desenvolvidas no movimento operário.

A inserção em um ramo de trabalho de perfil acadêmico, - após transpor o funil social do ensino público, do exame vestibular e ingressar em um curso de formação superior, - afirmava a educação/formação, momentaneamente, como uma estratégia equalizadora de oportunidades.

O ambiente escolar e, principalmente, o mundo acadêmico se afirma como espaço em que aprendemos a dominar os valores, as linguagens e comportamentos das classes dominantes, fundamentais para a inserção ocupacional e profissional no mercado de trabalho. Mas, foi exatamente no

¹⁵ Programa implementado pela Secretaria Municipal do Trabalho e pelo SERE - Instituto Serviços e Estudo Empresarial Social. Este último tinha como pressuposto básico a integração da favela à cidade, na expectativa de reverter o quadro de “desordem” através de ações voltadas para a criação de um ambiente favorável que viabilizasse o desenvolvimento econômico e social dos moradores do local.

processo de desenvolvimento da prática profissional anteriormente citada, que conhecemos mais uma das variadas facetas do preconceito racial e de origem social no espaço institucional.

A discriminação de classe, raça, lugar de moradia, inclusive de local de formação, ou seja, o fato de sermos oriundos de uma universidade privada que, através da articulação com diferentes movimentos sociais inseriu negros e pobres, sobretudo, da Baixada Fluminense em cursos de nível superior de qualidade “duvidosa”¹⁶ nos marcavam depreciativamente. Esta enunciação feita por colegas de equipe definiam as nossas múltiplas identidades somava-se às dificuldades concretas da escrita e do domínio dos códigos profissionais do serviço social, já que estávamos por concluir o curso.

No auge das ações discriminatórias e desqualificação moral, tínhamos uma certeza, a relevância de se mostrar resistentes e sobreviver a mais estas experiências de subjugação. Os motivos eram evidentes: a necessidade de compor a renda familiar não nos permitia optar por ficar fora do mercado de trabalho enquanto estudava. A identificação com o trabalho realizado e também a não interiorização da inferioridade negra (construída socialmente e retroalimentada pela falácia da democracia racial) também nos ajudaram a enfrentar as intermináveis situações de preconceito e discriminação dentro do campo acadêmico profissional.

No cotidiano do trabalho, já nas primeiras visitas ao conjunto de favelas inseridas pelo PDEL percebi que era parte daquele lugar e da realidade daquelas pessoas, o sentimento era de que existia uma espécie de ligação “umbilical” com o lugar. Sabíamos que, apesar da nossa pouca experiência, muito poderíamos contribuir para o desenvolvimento de pessoas envolvidas pela nossa intervenção profissional.

A participação na experiência citada nos colocou em contato com o quadro histórico da Favela do Jacarezinho e também com alguns de seus moradores. Em um estudo que realizei no trabalho de conclusão de curso de graduação, na PUC – Rio revelei que a transformação do mundo do trabalho atrelada à ausência de políticas públicas de emprego para amortizar os impactos

¹⁶ Em nosso cotidiano de trabalho esta frase era constantemente citada por profissionais de cargos de chefia e/ou de hierarquia superior que coordenavam a equipe técnica.

das mudanças ocorridas na favela com o fechamento de várias fábricas, trouxeram consequências drásticas para os moradores do local.

Sobre o desemprego ocasionado pelas grandes mudanças no mundo do trabalho Muniz (2003) informa que, ao longo dos anos, determinadas crises na economia brasileira e na economia mundial, como a crise do petróleo na década de 1970, afetaram as nossas indústrias brasileiras. Na análise da autora, o período que mais afetou a indústria brasileira provocando sucessivas falências foi no início da década de 1990, pois, foi nesse período que a maioria das indústrias do complexo industrial do Jacaré faliu ou tiveram suas unidades reduzidas se transferindo para estados onde havia maiores incentivos fiscais, ou ainda reduziram, consideravelmente, o número de empregados.

No desenvolvimento deste trabalho no Jacarezinho, registrei inúmeras experiências de costureiras faccionistas da região. Observei que, tanto no processo de busca para desenvolver atividades produtivas, como no ato de comercializar a força de trabalho, transcorridos vários anos de atividade, prevaleciam precárias relações trabalhistas e vinculação empregatícia nula.

Com efeito, tais costureiras durante muito tempo representaram uma das principais peças que fizeram girar o motor das empresas têxteis, setor de grande expressividade na região. Com o fechamento das fábricas, elas se viram diante da necessidade de negociar diretamente com o mercado a sua força de trabalho.

Nas relações de informalidade com as costureiras da favela foram exigidas, além da comprovação de experiência profissional e idoneidade exacerbada, um elevado grau de eficiência para desempenhar atividades no ramo de confecção. As costureiras comentaram que o local onde residiam também era outro entrave para obtenção de trabalho, pois, quando informavam residir na favela do Jacarezinho, essas eram eliminadas do processo e excluídas da oportunidade de trabalho.

As evidências de que as relações sociais estabelecidas pelos moradores de favela permaneciam fortemente relacionadas às matrizes simbólicas e discursivas que projetam no imaginário social uma idéia pejorativa sobre a favela. A interferência direta do preconceito e da consequente discriminação nos meios de acesso ao trabalho, à educação e a outras formas de sociabilidades, constituíam-se barreiras que impediam seus moradores de obterem melhorias na qualidade de

vida.

Inicialmente, a participação no Programa de Desenvolvimento Local serviu para estreitar nossos contatos com a favela pelo viés da prática profissional. Já a militância no pré-vestibular e a participação no grupo que fundou o núcleo do PVNC no Jacarezinho, possibilitaram-nos uma nova entrada/forma de contato com a realidade local.

Contudo, foram as inúmeras manifestações de discriminação e preconceitos que sofremos ao longo de nossa vida profissional, por pertencermos a um grupo racial minoritário, negro; por termos originalmente vindo de um espaço lugar geográfico subjugado, a Baixada fluminense; e, sobretudo, por sermos oriundos da classe popular, a qual definiu o universo que iríamos investigar.

Busquei qualificar as diferentes formas de discriminação e preconceito experimentado pela favela, problematizar o silêncio do mundo acadêmico frente às desigualdades de oportunidades que em muitos casos ajudaram a reforçar e, ainda, comprovar que a excelência no campo de formação profissional se transverte na relação de poder econômico e de status sociais também se constituído como mais um desafio deste trabalho.

Na expectativa de pensar o contexto histórico das favelas, para além das determinantes físicas e condições adversas de produção, trabalho/emprego e moradia, no ano de 2003 iniciamos o curso de Mestrado em Memória Social e Documento na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Ao fim deste curso, desenvolvemos uma dissertação de mestrado que analisou alguns aspectos dos impactos do conceito de favela presente no discurso, em especial, do poder público na mobilidade social dos moradores.

Em paralelo a nossa entrada no curso de mestrado, no ano de 2004, após aprovação em um concurso público passamos a atuar na Secretaria Municipal de Habitação da Cidade do Rio de Janeiro – SMH. Tomamos posse do cargo de assistente social do concurso e fomos informados das áreas e vagas que dispunham a referida Secretaria. Dentre as assistentes sociais empossadas que seriam lotadas na SMH, era nossa a preferência na escolha da Área Programática – AP que iríamos acompanhar, em razão de termos obtido a melhor classificação

dentre as quatro que escolheram o mesmo Programa desta Secretaria.

A ansiedade e a emoção de ter alcançado a tão sonhada estabilidade era notável, em nossa memória viam as fortes lembranças da luta que foi até assumir aquela posição, era um momento de êxtase, mas, durou pouco. Pois, já em nossa apresentação formalmente, a coordenadora de equipe da ocasião destacou que o local de nossa escolha estava reservado para a colega que obteve a terceira colocação dentre as quatro aprovadas.

O fato de possuir o maior grau de formação dentre as profissionais que compunham a equipe, por si só não nos outorgou o direito previsto no edital que normatizou o critério de escolha de local de lotação do profissional melhor classificado no concurso. Ocorreu a violação dos princípios que regem a administração pública, a saber: a moralidade, a publicidade, a legalidade, a impessoalidade e eficiência. Tratava-se de pessoas que apesar de exercerem funções públicas não faziam parte do quadro efetivo da administração e por terem sido admitidos como comissionados, sentiram-se ameaçados pelos novos servidores de carreira, altamente qualificados, acreditando que futuramente poderiam por em perigo sua suposta estabilidade.

Diante do ocorrido e após vários protestos, foi necessário superar mais aquele obstáculo; pois estava nítido que, apesar de representar um espaço de trabalho em que melhor poderíamos exercer os nossos direitos, já que se tratava de uma instituição pública, naquele contexto, a nossa cidadania estava restrita, e silenciada, pelo poder dos coordenadores em impor novas regras para a lotação resguardada pelo poder de realizar periodicamente a nossa “avaliação” de estágio probatório.

Face aos acontecimentos, passamos a atuar na AP3 (Área Programática 3) onde estava situada a favela do Jacarezinho. Esta nossa reinserção nessa comunidade, permitiu-nos retomar o contato com esta favela e com o seu quadro histórico. Descobrimos que nas décadas de 1970 e 1980 a região em que estava situada a favela sofrera fortes impactos com o processo de desindustrialização ocorrido no período. Este fator colaborou não só para a formação de um quadro caótico da economia local; sobretudo para a ocorrência de profundas mudanças no cenário comunitário.

As crises econômicas avassaladoras no setor industrial, especialmente o metalúrgico e têxtil, alteraram profundamente o Bairro Jacaré. Se considerarmos que trabalho e moradia ocupam praticamente o mesmo espaço físico, esta proximidade fazia com que as identidades locais, entendidas como as relações travadas no ambiente privado de casa estivessem profundamente interligadas ao espaço da rua, do trabalho e, portanto, da socialização.

As empresas que se estabeleceram no entorno do Jacarezinho, representavam um espaço socializador e formador de identidade, visto que o perfil operário adquirido era tributário da inserção do morador nas grandes indústrias localmente instaladas. A saída destas indústrias trouxe inúmeras consequências no cotidiano dos moradores, posto que a vida econômica da favela fora irreversivelmente estruturada e transformada pela existência das grandes e pequenas fábricas instaladas na região.

É importante dizer que o contexto em que se dar a experiência por nós investigada e a trajetórias dos sujeitos de nossa pesquisa estão totalmente relacionados com a história de inúmeras outras pessoas foram inseridas inseridos nos grupos minoritários.

Então, no curso desta lógica a seguir apresentamos nossa experiência com objetivo de destacar nossa relação com o tema.

O novo cenário vem favorecendo a entrada de um boom de serviços e atividades aos quais os moradores passaram a ter acesso. São diversos cursos que estão sendo oferecidos, algumas atividades esportivas e passeios culturais estão sendo planejados.

Nesta empreitada pretendemos facilitar o contato/ o encontro de um conjunto de instituições que em lócus podem rearticular uma rede e estabelecer parcerias que potencializariam as diversas ações voltadas para melhoria da qualidade de vida dos moradores do Morro da Providencia que já desenvolvem.

1.4.

Por que “não-cidadãos”? O alcance e os limites da cidadania dos moradores de favelas na primeira década do século XXI.

Os limites às novas relações sociais estabelecidas pelos moradores de favela, em especial aqueles que ingressaram na universidade, não estão determinados apenas pelo *status* sócio-econômico. Esta percepção nos fez perseguir variáveis políticas culturais, dentre outras, que julgamos necessárias para desvendar a trama de um sistema formalmente acessível a todos, mas que produz relações sociais tão desiguais.

Tratamos de um contexto complexo em que, apesar dos inúmeros avanços representados pelos direitos e garantias expressamente consagradas no texto da Constituição da República de 1988 – CRFB/88, e das reformas infraconstitucionais, grupos historicamente marcados por determinadas particularidades, mesmo na atualidade, não acessaram equitativamente os direitos, a todos já assegurados.

Dentre aqueles indivíduos que, frequentemente, experimentam situações nas quais seus variados direitos são violados, podemos citar os negros, as mulheres, as crianças, os idosos, os moradores de espaços favelizados e de áreas periféricas, além de tantos outros portadores de estigmas e desvantagens sociais já cristalizadas. É justamente para atender as demandas desses grupos que vêm sendo gestadas experiências distintas dos chamados novos movimentos sociais e, é também neste campo de luta que ocorreram as experiências dos atores sociais inseridos no cenário que observamos.

Buscando entender porque um grupo de estudantes residentes na favela do Jacarezinho, após superar inúmeras dificuldades para o ingresso nos cursos de nível superior, permaneceram enfrentando barreiras no processo de sociabilidade, sobretudo, naqueles relacionados à sua permanência no espaço acadêmico e à sua inserção no mercado de trabalho formal. Em contato com o problema buscamos identificar os fatores que explicam o tratamento diferenciado acometido aos moradores de determinada área geográfica da cidade.

Para melhor refletir sobre os problemas relacionados ao estigma atribuído aos moradores de favela reunimos um conjunto de experiências e a partir delas sublinhamos inúmeras variáveis que nos levaram a concluir que, o preconceito e a discriminação direcionada aos moradores de favela corroboram mesmo na

contemporaneidade, para a perpetuação de uma dinâmica social na qual o morador de favela permanece, frequentemente, inserido em situações de clara negação de direitos inscritos na constituição e na violação de princípios fundamentais para o exercício da cidadania plena.

Para responder a questão apresentada no título desta tese - doutores, mas, não cidadãos? - E as afirmações defendidas ao longo deste estudo abordaram também o preconceito de origem geográfica e, nesta perspectiva, outras categorias que em diferentes contextos estigmatizaram as pessoas se destacaram e, a apropriação daquelas que estão afetas aos temas relacionados ao preconceito e a discriminação, foram essenciais na etapa da leitura mais apurada dos fatos que marcaram a trajetória educacional e profissional dos estudantes oriundos de favelas.

Ao abordar o preconceito de origem geográfica, as tríplices desvantagens experimentadas pelos moradores da favela do Jacarezinho que devido ao seu sexo, a sua ascendência social e a sua origem racial foram tratados de forma diferenciada, ganham novos contornos. Pois o conjunto destas categorias somadas ao fato destes estudantes advirem de um território estigmatizado, mesmo após a ultrapassagem de barreiras físicas e simbólicas contra o acesso de estudantes pobres a universidade, permanece interferindo negativamente no cotidiano deste grupo de pessoas.

Os estereótipos que recortavam o cotidiano dos moradores de favela ganharam visibilidade a partir do acompanhamento ao grupo de moradores da favela do Jacarezinho que foram envolvidos pela ação do Pré-Vestibular Para Negros e Carentes – PVNC. Baseados nesta experiência, concluímos que, os adjetivos depreciativos atribuídos a favela permaneceram sendo utilizados como principal argumento apresentado, especialmente, por aqueles que ocupam posições de comando na hierarquia social, para tratar de forma distinta os moradores de favela que, muitas vezes, são apontados como subdesenvolvidos, inóspitos, ignorantes, racialmente e culturalmente inferiores.

O estigma aplicado às pessoas que residem na favela reforçou o estereótipo, ao mesmo tempo em que alimentou o preconceito e a discriminação acometida aos moradores e, ainda, favoreceu a manipulação da identidade de pessoas que ao longo de sua trajetória foram vitimadas pelo próprio poder público.

Fica evidente que o morador de favela, em virtude das desqualificações que recebe tem o seu direito de ir e vir cerceado pelo Estado e as suas oportunidades no mercado de trabalho limitadas, suas relações pessoais restringidas e sua cidadania reduzida pelas traumáticas consequências do tratamento diferenciado que recebe. Ou seja, por ocasião da “informalidade” em que vivem as pessoas que residem no lugar, em condições de extrema precariedade e, em alguns casos, também de vulnerabilidade social são duplamente punidas tanto pelo Estado como pela sociedade.

O problema vem sendo amplamente debatido por Pougam (2003), Wacquant (2001), Elias (2000) e Gofman (1988), estes têm como foco principal de seus estudos a pobreza, a identidade, o estigma e a marginalidade social. A apropriação dos instrumentos teóricos produzidos por esses autores foram fundamentais para analisarmos cuidadosamente as experiências relatadas pelos sujeitos de nossa pesquisa.

Também pensando nos laços que ligam determinados sujeitos ao seu local de moradia, Santos (2003) ofereceu importantes contribuições. Na análise deste autor, muitas vezes a identidade local é invocada para justificar a exigência de reconhecimento como cidadãos de pleno direito que caminha na busca de um reconhecimento pessoal e coletivo. Para Santos, *a noção de justiça social é inseparável de conceitos identitários, da exigência de reconhecimento de uma diferença que tem como base a comunidade e o local, mas que, ao mesmo tempo se move numa teia de direitos diferenciados e conflituosos* (Santos, 2003, p.48).

As identidades pessoais, na forma colocada por Santos (2003), são baseadas em experiências diretas que capacitam pessoas reunidas em grupos para o desenvolvimento de ações, por via da interação de pequena escala, a local. Assim, tomando como base o relato da trajetória da vida acadêmica e profissional dos moradores da favela do Jacarezinho em observação, procuramos entender a interferência das precárias infraestrutura local na mobilidade de seus moradores. Para nós, a negação de elementos essenciais para o exercício da cidadania plena, somados ao preconceito e à discriminação que vêm acometendo as favelas, se constituiu uns dos principais argumentos para a articulação e luta pelo acesso a educação e a inserção mais humanizada dos moradores de favela nos diferentes campos da vida social.

A experiência dos moradores em tela irá ilustrar o contexto em que ocorre a problemática do preconceito e da discriminação direcionados aos moradores de favela. Apresentamos uma parcela significativa da população que simboliza aqueles que seriam mais duramente atingidos pelo desemprego, pela insegurança no trabalho, pela pobreza e pelas piores condições de habitabilidade. Apresentaremos também alguns elementos utilizados para justificar a inserção diferenciada de pessoas, que residiam fora das malhas formais da cidade.

Vale sublinhar que, assim como nos novos movimentos sociais, a inserção dos moradores da favela do Jacarezinho na universidade, pelo viés da luta do Movimento dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes, não pode ser confundida ou interpretada como uma experiência isolada. Primeiro, porque ela está articulada a uma rede maior que envolve outros grupos de pessoas oriundas do meio popular, muitos também estigmatizados, e depois, em função da luta destes agentes não se reduzir a buscar mudanças de posição na estrutura social visando atender apenas aos anseios individuais das pessoas envolvidas.

Falamos da criação do núcleo do PVNC Jacarezinho que é fruto da ação coletiva de um grupo de moradores que, por meio da articulação do Fórum de Desenvolvimento Econômico, instalado em 1998, nesta localidade, revitalizou as organizações locais e potencializou outras formas de lutas que vêm distinguindo a história dos grupos favelizados. Diante disto, surge uma aliança entre os grupos minoritários que buscam potencializar novas forças voltadas para produzir formas de inserções sociais equitativas. É neste nível de luta, que um grupo de moradores da favela do Jacarezinho passou a compor a mais expressiva rede de cursos Pré-Vestibulares Populares, o Movimento de Pré-Vestibulares Para Negros e Carentes.

Com a finalidade de fortalecer a aliança de grupos subalternizados e dar uma nova dimensão à luta empreendida pelos moradores da favela do Jacarezinho este projeto de pesquisa visa estabelecer um canal de diálogo entre as trajetórias de vida e as dinâmicas sociais de grupos empobrecidos.

Optamos por mergulhar nos aspectos da realidade destes moradores que ainda não foram sistematizados pela extensa bibliografia que sintetiza uma série de estudos produzidos em diferentes institutos de estudos e centros de pesquisas acadêmicas que têm como temática central as favelas.

No processo de formulação e consolidação de nossa proposta de trabalho, acessamos diferentes estudos que, somados à nossa trajetória no movimento popular, a vida acadêmica e, a experiência profissional nos permitiu afirmar que: a obtenção do diploma de nível superior nas melhores universidades, por si só não outorga às pessoas do meio popular, determinados direitos de cidadania e, tampouco as nivelam em condições iguais na busca por melhores oportunidades e na disputa por uma colocação no mercado de trabalho.

A partir da sistematização dos fatos relatados ao longo deste estudo, esperamos poder contribuir materialmente para a mobilidade social ascendente daquelas pessoas que historicamente foram fragilizadas por posturas preconceituosas e ações discriminatórias da sociedade. A idéia é revelar a magnitude deste problema e potencializar as formas de lutas dos grupos subalternizados, sem com isto se limitar ao que constatamos na relação estabelecida com os moradores da favela do Jacarezinho e suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

No presente capítulo buscaremos apresentar as categorias centrais de nossa pesquisa. Primeiramente, descrevemos as favelas da cidade do Rio de Janeiro trazendo alguns dados estatísticos, relacionando-os com o processo de formação e de consolidação da favela.

O desafio neste ponto da tese foi o de relacionar, a partir da referência aos autores com quem dialogamos, as análises teóricas via conceitos centrais de favela-cidadania-formação humana com a realidade que se impõe aos nossos olhos no campo empírico. Tais relações têm por objetivo problematizar as temáticas em estudo a partir de um olhar crítico de uma pesquisa acadêmica no campo das ciências sociais.